



Universidade Federal
Ouro Preto

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS -ICSA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

BRUNA DE OLIVEIRA FONSECA DUTRA

DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA
EM MARIANA-MG

MARIANA

2026

BRUNA DE OLIVEIRA FONSECA DUTRA

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA
EM MARIANA-MG**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Dr^a Alessandra Ribeiro de Souza

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

D978d Dutra, Bruna De Oliveira Fonseca.
Desafios e perspectivas no atendimento à pessoa idosa em Mariana-
MG. [manuscrito] / Bruna De Oliveira Fonseca Dutra. - 2026.
59 f.: il.: gráf., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Alessandra Souza.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Envelhecimento - Aspectos sociais - Mariana (MG). 2.
Envelhecimento da população - Mariana (MG). 3. Idosos - Mariana (MG).
4. Política pública - Mariana (MG). 5. Mariana (MG). I. Souza, Alessandra.
II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.4-053.9(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário CRB6 1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Bruna de Oliveira Fonseca Dutra

Desafios e perspectivas no atendimento à pessoa idosa em Mariana - MG

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 07 de março de 2026

Membros da banca

[Dra.] - Alessandra Ribeiro de Souza - Orientadora- Universidade Federal de Ouro Preto

[Dra.] - Veronica Medeiros Alagoano - Universidade Federal de Ouro Preto

[Dr.] - Roberto Coelho do Carmo - Universidade Federal de Ouro Preto

Alessandra Ribeiro de Souza, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 07/03/2026



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Ribeiro de Souza, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 07/03/2026, às 21:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1070966** e o código CRC **254C93A7**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha mãe, Dysianne, por ter sido a principal responsável por tornar possível o sonho de me formar em uma universidade pública. Seu apoio incondicional, seus esforços diários e sua dedicação foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Sem ela, nada disso teria sido possível, tampouco tão grandioso. Te amo!

À minha irmã, Gabriela, que desde o início acreditou que este curso tinha tudo a ver comigo e nunca deixou de acreditar no meu potencial. Sua confiança, incentivo e presença constante foram essenciais ao longo de toda essa trajetória. Sou sua fã! Aos meus avós maternos, meu alicerce, que sempre estiveram ao meu lado, oferecendo apoio, carinho e força em todos os momentos, sendo uma fonte permanente de inspiração.

Ao meu pai, Marco Antônio; aos meus irmãos, Davi, Igor e Lara; em especial, ao meu padrasto, Flávio, e à minha tia, Maria Silvia; aos meus avós paternos, Marília e Dutra (*in memoriam*); e a toda a minha família, pelo apoio, compreensão e incentivo ao longo dessa caminhada, contribuindo de forma direta e indireta para a realização deste sonho.

Aos meus amigos e à República Socráticas, que caminharam comigo durante todo o período da graduação, tornando essa jornada mais leve, acolhedora e marcada por aprendizados e companheirismo.

A minha orientadora, Alessandra, proporcionou-me uma experiência incrível ao me convidar para participar do projeto de extensão *Memorial da Vida*. Por meio desse projeto, tive uma excelente vivência na Instituição de Longa Permanência para idosos (ILPI) Santa Maria de Mariana, cujo objetivo foi resgatar os interesses, as histórias e as vontades das pessoas idosas, aspectos que muitas vezes são perdidos no processo de institucionalização.

Agradeço também pela minha passagem no Lar Santa Maria, onde atuei como cuidadora de idosos. Essa experiência foi marcante e inesquecível, pois me proporcionou um profundo aprendizado de vida. A convivência diária com as pessoas idosas contribuiu significativamente para o meu despertar enquanto estudante de Serviço Social e, sobretudo, enquanto ser humano, fortalecendo meu olhar crítico sobre os desafios e as perspectivas no atendimento à pessoa idosa no município de Mariana–MG.

"A velhice denuncia o fracasso da nossa civilização."

Simone de Beauvoir

RESUMO

O envelhecimento populacional configura-se como um dos principais desafios sociais contemporâneos, especialmente em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas e territoriais. No Brasil, esse processo ocorre de forma acelerada e, em municípios com forte presença da atividade mineradora, como Mariana–MG, é agravado pelos impactos socioambientais desse modelo de desenvolvimento, intensificados após o rompimento da barragem de Fundão em 2015. Nesse cenário, observa-se o aumento da vulnerabilidade social, associado aos agravos em saúde mental, como o isolamento social da população idosa, demandando maior efetividade das políticas públicas. O objetivo central é analisar como as políticas públicas municipais respondem às demandas desse segmento populacional no município de Mariana e qual o impacto dessas interlocuções relacionadas à população idosa em contexto territorial minerário. Como objetivos específicos, buscou-se contextualizar a realidade da pessoa idosa no Brasil, analisar o território de Mariana–MG, examinar o Plano Municipal de Saúde e Assistência Social (2023–2025), além de caracterizar o perfil socioeconômico da população idosa atendida pela assistência social e discutir os limites e potencialidades das políticas públicas locais. A metodologia consistiu em pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e analítico, baseada em revisão bibliográfica e análise documental de documentos oficiais e dados secundários. Os resultados evidenciaram fragilidades na articulação intersetorial e na efetivação das políticas públicas voltadas à população idosa. Conclui-se que o enfrentamento do sofrimento mental de idosos em Mariana exige ações integradas, territorializadas e orientadas pela garantia de direitos.

Palavras-chave: Envelhecimento populacional. Pessoa idosa. Políticas públicas. Mariana–MG.

ABSTRACT

Population aging has become one of the main contemporary social challenges, especially in contexts marked by socioeconomic and territorial inequalities. In Brazil, this process occurs rapidly and, in municipalities strongly influenced by mining activities, such as Mariana–MG, it is intensified by the socio-environmental impacts of this development model, particularly after the Fundão dam collapse in 2015. In this context, increased social vulnerability and social isolation among the elderly population can be observed, highlighting the need for more effective public policies. The central objective is to analyze how municipal public policies respond to the demands of this population segment in the municipality of Mariana and the impact of these interactions related to the elderly population in a mining territorial context. The specific objectives included contextualizing the reality of the elderly population in Brazil, analyzing the territory of Mariana–MG, examining the Municipal Health Plan (2023–2025), characterizing the socioeconomic profile of elderly individuals assisted by social assistance policies, and discussing the limits and potentialities of local public policies. The methodology consisted of qualitative, descriptive, and analytical research, based on bibliographic review and documentary analysis of official documents and secondary data. The results revealed weaknesses in intersectoral coordination and in the implementation of public policies for the elderly. It is concluded that addressing social isolation in Mariana requires integrated, territorialized actions guided by the guarantee of rights.

Keywords: Population aging. Elderly people. Public policies. Mariana–MG

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População de Mariana por faixa etária e sexo (2022)	37
Tabela 2 – Mortalidade por faixa etária – Mariana (2022)	39
Tabela 3 – Rede de serviços de saúde de Mariana	39
Tabela 4 – Despesas totais com saúde por habitante (2020–2022)	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição percentual da população por faixa etária	38
Gráfico 2 – Evolução das despesas com saúde por habitante	40

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AFE	- Auxílio Financeiro Emergencial
BPC	- Benefício de Prestação Continuada
CAD-ÚNICO	- Cadastro Único
CAPS	- Centro de Atenção Psicossocial
CAPS AD	- Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CRAS	- Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CENTRO POP	- Centro de Referência para população em situação de rua
E-Multi	- Equipe Multiprofissional na Atenção Primária à Saúde
IDHM	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
ILPI	- Instituição de Longa Permanência para Idosos
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	- Lei Orgânica da Assistência Social
OMS	- Organização Mundial da Saúde
ONU	- Organização das Nações Unidas
OSC	- Organizações da Sociedade Civil
PNS	- Pesquisa Nacional de Saúde
PNAS	- Política Nacional de Assistência Social
PMAS	- Plano Municipal de Assistência Social
PMS	- Plano Municipal de Saúde
PAIF	- Programa de Atenção Integral à Família
PBF	- Programa Bolsa Família
RAPS	- Rede de Atenção Psicossocial
SEDESC	- Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania
SCFV	- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	- Sistema Único de Assistência Social
SUS	- Sistema Único de Saúde
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso
UFOP	- Universidade Federal de Ouro Preto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 Capítulo I - Realidade da pessoa idosa no Brasil	19
2.1.1 Assistência Social e o Atendimento à Pessoa Idosa	24
2.2 Capítulo II - A pessoa idosa e o território minerário de Mariana	29
2.3 Capítulo III - Análise das políticas para a pessoa idosa em Mariana (2023 – 2025)	35
2.3.1 Plano Municipal de Saúde (PMS)	37
2.3.2 Plano Municipal de Assistência Social	43
2.3.3 Planos Municipais como instrumentos de planejamento das Políticas Públicas	45
.	
3 METODOLOGIA	48
4 RESULTADOS	50
5 CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se debruça na aproximação da temática do envelhecimento que urge a partir da experiência profissional da autora que atuou como cuidadora particular de pessoas idosas e enquanto cuidadora em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) no município de Mariana-MG.

Tais trajetórias profissionais atravessaram a autora no sentido de possibilitá-la a vivenciar o contraste de realidade e vivências distintas dos idosos que demandam cuidado, seja de forma individual, coletiva ou institucional.

A partir das experiências profissionais nesses espaços sócio-ocupacionais tão específicas desse recorte etário, foi-se observado impactos em relação dependência funcional, ao lugar de cuidado ou não de familiares e sobre em como é central a intersectorialidade para acessibilizar o acesso às políticas públicas

O envelhecimento populacional constitui um dos fenômenos sociais mais significativos da contemporaneidade, resultante do aumento da expectativa de vida e da redução das taxas de fecundidade. No Brasil, esse processo ocorre de forma acelerada e em um contexto marcado por profundas desigualdades sociais, econômicas e territoriais, o que impacta diretamente as condições de vida da população idosa. Conforme destacam Rodrigues e Soares (2006), o envelhecimento não pode ser compreendido apenas como um processo biológico, mas como uma construção social atravessada por fatores históricos, culturais e políticos que influenciam as formas de viver a velhice.

Apesar dos avanços de normas conquistados a partir da Constituição Federal de 1988, com a consolidação da seguridade social e a criação de instrumentos como a Política Nacional do Idoso e o Estatuto da Pessoa Idosa, persistem desafios significativos na efetivação dos direitos dessa população. Estudos apontam que as políticas públicas voltadas às pessoas idosas ainda apresentam fragilidades relacionadas à fragmentação das ações, à insuficiência de financiamento e à baixa articulação intersectorial, sobretudo entre as políticas de saúde e assistência social (Fernandes; Soares, 2012; Bitencourt, 2023).

Essa realidade torna-se ainda mais complexa quando analisada em territórios marcados por desigualdades estruturais e por modelos de desenvolvimento baseados na exploração intensiva de recursos naturais, como é o caso do município de Mariana,

em Minas Gerais. A atividade mineradora, historicamente central para a economia local, produziu não apenas crescimento econômico, mas também profundas desigualdades sociais e ambientais, agravadas pelo rompimento da barragem de Fundão em 2015. Conforme apontam Gomes (2021) e Santos (2023), esse crime provocou deslocamentos forçados, perda de vínculos comunitários e intensificação das vulnerabilidades sociais, afetando de maneira particular a população idosa.

Nesse contexto, observa-se que muitos idosos vivenciam situações de isolamento social, precarização das condições de vida e dificuldades de acesso aos serviços públicos, especialmente nos campos da saúde e da assistência social. O isolamento social, conforme analisa Jaccoud (2024), compromete a saúde física e mental da pessoa idosa, fragiliza redes de apoio e amplia situações de dependência e exclusão. Assim, torna-se fundamental compreender como as políticas públicas têm respondido, ou deixado de responder, a essa problemática em nível local.

Diante desse cenário, o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) parte da seguinte problemática: de que forma as políticas públicas de saúde e assistência social no município de Mariana–MG têm enfrentado o cuidado em relação a saúde e acesso aos direitos socioassistenciais da população idosa, considerando as especificidades territoriais marcadas pela atividade mineradora e pelos impactos do rompimento da barragem de Fundão?

O objetivo geral é analisar como as políticas públicas municipais respondem às demandas desse segmento populacional no município de Mariana e qual o impacto dessas interlocuções relacionadas à população idosa em contexto territorial minerário.

Como objetivos específicos, busca-se contextualizar a realidade da pessoa idosa no Brasil, destacando o processo de envelhecimento populacional e os principais marcos legais de proteção social; analisar o território de Mariana–MG, considerando a centralidade da atividade mineradora e seus impactos socioambientais sobre as condições de vida da população idosa; examinar o Plano Municipal de Saúde (PMS) e o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) de Mariana (2023–2025), identificando de que forma as demandas da população idosa são reconhecidas e incorporadas no planejamento público municipal; caracterizar o perfil socioeconômico da população idosa atendida pela política de assistência social no município, com base nos dados do Cadastro Único (Cad Único) para Programas Sociais; e discutir os limites e as potencialidades das políticas públicas locais no

enfrentamento do aos impactos em saúde que as pessoas idosas apresentam, à luz das especificidades territoriais e das desigualdades sociais presentes no município.

Quanto à organização do documento, o TCC está estruturado em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O Capítulo I aborda a realidade da pessoa idosa no Brasil, discutindo o envelhecimento populacional, os marcos legais e as políticas públicas voltadas à proteção social da pessoa idosa. O Capítulo II analisa o território de Mariana–MG, contextualizando a atividade mineradora, seus impactos socioambientais e as implicações desse modelo de desenvolvimento para a população idosa. O Capítulo III dedica-se à análise das políticas públicas de saúde e assistência social no município, com ênfase no PMS, PMAS (2023–2025) e nos dados da assistência social. O Capítulo IV apresenta os resultados e a discussão da pesquisa, articulando os dados empíricos ao referencial teórico adotado, seguido das considerações finais, que sintetizam os principais achados e apontam reflexões para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à população idosa em Mariana–MG.

Por fim, a conclusão retoma a problemática e os objetivos do estudo, sintetiza os principais achados da pesquisa e aponta reflexões críticas e propositivas para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à população idosa em Mariana–MG, destacando a importância de ações intersetoriais, territorializadas e orientadas pela garantia de direitos.

A justificativa deste estudo fundamenta-se na relevância social, acadêmica e profissional do tema. Do ponto de vista social, o crescimento da população idosa e o agravamento das situações de vulnerabilidade exigem respostas estatais mais eficazes, integradas e territorializadas. No campo acadêmico, a pesquisa contribui para o aprofundamento do debate sobre envelhecimento, políticas públicas e território, especialmente em contextos minerários ainda pouco explorados pela literatura. Já no âmbito profissional, o estudo dialoga diretamente com a atuação do assistente social, reforçando seu papel na defesa de direitos, na articulação intersetorial e no enfrentamento das desigualdades que atravessam o envelhecimento (Pereira, 1996; Sposati, 1995).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Capítulo I - Realidade da pessoa idosa no Brasil

O Brasil enfrenta um cenário de envelhecimento populacional, com um número crescente de pessoas idosas. De acordo com a segunda apuração do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2022, o país contava com 32.113.490 idosos, o que representa um aumento de 56% em relação a 2010. Desses, 55,7% eram mulheres (17.887.737) e 44,3% homens (14.225.753) (IBGE, 2022).

Conforme Irigaray *et al.* (2016) o envelhecimento, parte natural do desenvolvimento humano, está associado a perdas nas dimensões biológica, psicológica e social, além do aumento de doenças crônico-degenerativas. Esses fatores tornam os idosos mais vulneráveis fisicamente, emocionalmente e socialmente, especialmente em uma sociedade cada vez mais digital e com menos interações presenciais.

A noção de envelhecimento ganhou destaque no final dos anos 1990, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a abordá-lo de forma mais ampla, indo além da perspectiva estritamente relacionada à saúde. Desde então, esse conceito passou a englobar também a elaboração de políticas públicas voltadas à promoção da qualidade de vida em suas diversas dimensões (Amorim; Pessoa, 2014). O envelhecimento tem passado por transformações ao longo das décadas, sendo relacionado a mudanças no corpo, na aparência e no estilo de vida. De acordo com Rodrigues e Soares (2006), o conceito de envelhecimento deve ser compreendido a partir de uma perspectiva que abrange fatores culturais, políticos e econômicos, bem como valores, estigmas e símbolos presentes na trajetória histórica das sociedades, caracterizando-se, assim, como um processo contínuo. Esses elementos contextuais influenciam diretamente as condições de saúde e doença na velhice.

Segundo Lopes, Assis e Pinheiro-Simões (2024), o envelhecimento populacional é um fenômeno global e citam que a OMS o classifica em quatro fases: meia-idade (45 a 59 anos), idoso (60 a 74), ancião (75 a 90) e velhice extrema (acima de 90). Cada uma dessas fases demanda cuidados específicos, especialmente a velhice extrema, caracterizada por maior vulnerabilidade.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 instituiu, embora de forma tardia, o modelo de Estado de Bem-Estar Social (EBES), baseado nos princípios de justiça social e equidade. Esse modelo assegura direitos sociais como responsabilidade do Estado, promove a descentralização político-administrativa, incentiva a participação da população e o controle social. Também estabeleceu um sistema unificado e integrado de seguridade social que abrange as áreas de saúde, previdência e assistência social, concebido como uma política de Estado e com financiamento público próprio (Teixeira, 2018).

Historicamente, o cuidado com a pessoa idosa tem sido vinculado à sua relação com os familiares, recaindo sobre os filhos e principalmente filhas a responsabilidade de oferecer um cuidado integral. No entanto, é importante destacar que a Constituição Federal de 1988 determina que cabe ao Estado e à sociedade garantir à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, reconhecendo-a como ser humano e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, conforme previsto na própria Constituição e nas demais leis (Brasil, 1988).

Souza (2024) observa que o envelhecimento apresentou maior produção científica e teórica no campo do Serviço Social após o marco constitucional de 1988. Instrumentos legais como a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso tornaram-se essenciais para assegurar os direitos dessa população. Até 1994, não havia políticas públicas específicas para idosos. Com a criação da Lei nº 8.842/1994, instituiu-se o Conselho Nacional do Idoso e iniciaram-se as diretrizes da Política Nacional do Idoso, envolvendo ações coordenadas entre os entes federativos para garantir a qualidade de vida na velhice.

A proteção dos direitos da pessoa idosa no Brasil teve importantes avanços com a promulgação da Política Nacional da Pessoa Idosa (1994) e do Estatuto da Pessoa Idosa (2003). A Política Nacional estabelece a responsabilidade legal do Estado em garantir ações sociais e de saúde voltadas à população idosa, com ênfase na atenção integrada e digna, conforme o artigo 10º, que destaca a importância do acesso a serviços básicos e à participação social.

O Estatuto, por sua vez, assegura à pessoa idosa todos os direitos fundamentais e determina a obrigação do Estado em promover políticas públicas que garantam um envelhecimento saudável e digno. Embora essas leis representem conquistas significativas, nem sempre suas diretrizes são efetivamente cumpridas. O Sistema Único de Saúde (SUS), um dos maiores sistemas públicos do mundo, é o

principal meio de garantir o acesso integral e igualitário à saúde da população idosa, como previsto no Estatuto (Bitencourt, 2023).

Dos Santos *et al.* (2025) analisam criticamente as políticas públicas de saúde e os determinantes sociais que limitam o acesso equitativo ao SUS. O estudo identifica desigualdades estruturais marcadas por raça, território, gênero e renda, além da persistência de um modelo biomédico tradicional e subfinanciamento do sistema. Os autores concluem que a superação desses obstáculos exige uma gestão pública comprometida com a equidade e estratégias intersetoriais.

Segundo Damasceno (2016), é fundamental garantir a proteção da pessoa idosa, considerando que esse grupo populacional é o que mais cresce. Essa defesa reforça tanto as orientações das Nações Unidas quanto os princípios estabelecidos pela Lei nº 8.842, de 1994, que instituiu a Política Nacional do Idoso. O autor também enfatiza a relevância dos Direitos Humanos como fundamento para a criação, execução e monitoramento de políticas públicas direcionadas aos idosos.

Oliveira, Salvador e Lima (2023) observam que muitas políticas públicas ainda reproduzem lógicas capitalistas e biomédicas, negligenciando as dimensões sociais e subjetivas do envelhecimento. Essa abordagem moralizante responsabiliza individualmente os idosos por suas condições de vida, reforçando estigmas e excluindo a diversidade de trajetórias.

Conforme De Alencar *et al.* (2025) apesar de mais de duas décadas de vigência do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003) e do crescimento da população idosa no Brasil, ainda há sérios problemas em sua efetiva aplicação, muitos idosos desconhecem seus direitos, o que os impede de reivindicá-los, especialmente os de baixa renda e residentes em áreas rurais, que enfrentam maior vulnerabilidade, sendo assim, os estudos indicam falhas significativas do Poder Público na divulgação, no investimento e na execução de políticas públicas voltadas a esse grupo e essa negligência reflete uma sociedade que ainda se percebe jovem e pouco engajada com as demandas do envelhecimento, perpetuando atitudes discriminatórias em relação aos idosos. Além disso, grande parte das pesquisas foca apenas na área da saúde, deixando de lado outros direitos fundamentais que também merecem atenção.

A Organização das Nações Unidas (ONU), tem priorizado o tema com o Plano de Ação de Madrid (2002) e, mais recentemente, com a Década do Envelhecimento Saudável (2021–2030), incentivando ações globais para promover o bem-estar das pessoas idosas (Oliveira; Nascimento; Cesário, 2025).

No Brasil, políticas como a Lei nº 8.842/1994 e programas estaduais, como o “São Paulo Amigo do Idoso”, refletem avanços na promoção da autonomia e inclusão dos idosos (Queiroz, 2015). No entanto, a efetividade dessas políticas depende também da atuação da sociedade civil na fiscalização e cobrança por direitos, como destaca Coimbra e Amaral (2015).

Estudo de Oliveira, Nascimento e Cesário (2025), realizado em um município brasileiro, identificou fortalezas (como centros especializados), fraquezas (falta de vagas e desarticulação administrativa) e perspectivas (valorização do idoso e fortalecimento de políticas locais). A pesquisa conclui que ainda é necessária uma visão estratégica de longo prazo para enfrentar os desafios da transição demográfica.

Ribeiro *et al.* (2025), em revisão integrativa da literatura sobre políticas públicas entre 2011 e 2021, identificaram fragilidades nas áreas de inclusão social, mercado de Trabalho e autonomia tecnológica. Destacaram que, embora a atenção primária à saúde tenha avançado, ainda há barreiras no acesso a serviços especializados e enfrentamento da violência e abandono.

O estudo de Fontes de Jesus e Caldas de Tavares Mafra (2025) teve como objetivo analisar o debate sobre políticas públicas voltadas ao cuidado domiciliar de idosos, considerando o crescimento da população acima de 60 anos no Brasil, atualmente estimada em 14,7% segundo o IBGE, com tendência de aumento. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, com foco na identificação do panorama atual e das lacunas existentes nas políticas voltadas ao cuidado da população idosa.

Os resultados apontam para a urgência da formulação de políticas públicas abrangentes, que assegurem os direitos dos idosos e ofereçam suporte às famílias responsáveis por seus cuidados. Destaca-se, ainda, a importância de valorizar o idoso como sujeito ativo na sociedade, combatendo estigmas relacionados à idade e promovendo equidade, independentemente de gênero, cor ou classe social (Fontes de Jesus; Caldas de Tavares Mafra, 2025).

Carlos e Leite (2019) citam que além das políticas públicas locais voltadas à população idosa, é imprescindível considerar as mudanças estruturais em nível nacional que também impactam diretamente essa parcela da população, como é o caso da reforma previdenciária de 2019.

Os autores Carlos e Leite (2019) citam ainda que ao analisarem os efeitos da Emenda Constitucional nº 103/2019, que promoveu a reforma previdenciária, o estudo

revela que as mudanças comprometem o acesso à aposentadoria e afetaram negativamente a qualidade de vida dos idosos, ao impor restrições aos benefícios previdenciários.

A criação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, em 19 de outubro de 2006, juntamente com o Estatuto do Idoso, de 2003, proporcionou aos idosos um acompanhamento mais efetivo e uma assistência ampliada por parte da sociedade. Esses instrumentos legais orientam tanto os conhecimentos quanto os direitos voltados à valorização, proteção e respeito à pessoa idosa (Fernandes; Soares, 2012). A Política Nacional do Idoso, instituída pela Lei nº 8.842/1994, tem como objetivo garantir os direitos sociais das pessoas idosas, promovendo sua autonomia, integração e participação ativa na sociedade. Ela também prevê a criação de conselhos em diferentes níveis de governo para orientar ações que melhorem a qualidade de vida dos idosos em áreas como saúde, habitação, educação e lazer (Andrade, 2010). Complementarmente, o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) reforça a efetivação desses direitos, atribuindo ao Ministério Público a responsabilidade de protegê-los (Figueiredo; Soares, 2023).

O aumento da população idosa está relacionado à elevação da expectativa de vida, estimada em 79 anos para 2030. No entanto, esse processo vem acompanhado do etarismo, um tipo de preconceito baseado na idade, que gera desigualdades, exclusão social e enfraquece a solidariedade intergeracional.

O estudo de Santana et al (2024) obteve como resultado que o etarismo pode se manifestar de diversas formas ao longo da vida, como comportamentos e políticas discriminatórias contra idosos. Fatores como idade, gênero, nível educacional, saúde, personalidade e pouca interação com idosos influenciam esse preconceito, que pode acarretar graves consequências: isolamento, baixa autoestima, problemas de saúde, risco de pobreza e insegurança na velhice e os autores concluem que o combate ao etarismo exige ações políticas, sociais e educacionais, incluindo sua abordagem em escolas, como forma de promover respeito e inclusão das pessoas idosas.

O estudo de Jaccoud (2024) analisa o isolamento social entre idosos no Brasil sob uma perspectiva macrossetorial, abordando suas causas, impactos na saúde e as respostas das políticas públicas. A autora evidencia que o isolamento social está associado a piora nas condições de saúde física e mental, aumento da mortalidade, maior risco de doenças crônicas e redução da qualidade de vida.

Os dados da Pesquisa Nacional de Saúde (2019) indicam fragilidade nas redes de apoio social dos idosos, baixa participação em atividades sociais e alta dependência funcional. O trabalho destaca a necessidade de maior articulação entre os setores da saúde e da assistência social, defendendo ações intersetoriais que considerem as desigualdades sociais e ampliem a proteção e o acompanhamento a esse público vulnerável.

2.1.1 Assistência Social e o Atendimento à Pessoa Idosa

O aumento da população idosa no Brasil reflete melhorias na saúde e nas condições de vida. Segundo Lopes, Assis e Pinheiro-Simões (2024), há diferentes estágios no envelhecimento, e a chamada eventualidade da "velhice extrema" demanda respostas específicas da Assistência Social, principalmente em contextos hospitalares ou de cuidados prolongados

Pereira (1996) cita que a atuação do assistente social é essencial para garantir que as políticas públicas voltadas às necessidades sociais sejam efetivadas como direitos universais, obtendo o suporte adequado para lidar com as desigualdades sociais e reduzir os efeitos da pobreza, sendo assim seu papel na política de assistência social envolve assegurar o acesso da população a benefícios, serviços e programas socioassistenciais. Segundo Sposati (1995), essas políticas integram o sistema de proteção e bem-estar social do Brasil, fundamentando-se na ampliação dos direitos sociais a todos os cidadãos, como preconiza o modelo do Estado de Bem- Estar Social.

O estudo de Pinheiro et al. (2023) apresenta uma análise detalhada sobre os benefícios da política de assistência social no Brasil, dentro do projeto denominado Beneficiômetro da Seguridade Social, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O objetivo central é mensurar e divulgar os impactos sociais dessa política, abrangendo tanto os benefícios monetários (como o BPC e benefícios eventuais) quanto os não monetários (serviços socioassistenciais oferecidos em CRAS, CREAS, Centros Dia e Centros Pop).

O texto traça a evolução histórica da assistência social no país, destacando sua transformação de ações filantrópicas para uma política pública de direito, especialmente a partir da Constituição de 1988 e da criação da LOAS em 1993. A

implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a definição da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais em 2009 consolidaram o caráter público, descentralizado e universal da política. A pesquisa também apresenta indicadores sobre o volume de atendimentos, público-alvo, e distribuição territorial dos serviços.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi instituída pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, com o objetivo de regulamentar a assistência social no Brasil como um direito do cidadão e dever do Estado. A criação da LOAS está vinculada aos princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, que incluiu a assistência social no sistema de Seguridade Social, ao lado da saúde e da previdência. Esse marco constitucional representou um avanço na garantia de direitos sociais, ao reconhecer a assistência social como política pública destinada à proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade social (Brasil, 1988; Brasil, 1993).

A criação da LOAS também está relacionada ao processo de redemocratização do Brasil e às lutas dos movimentos sociais pela ampliação dos direitos sociais. Nesse contexto, a assistência social deixou de ser compreendida apenas como prática assistencialista ou filantrópica e passou a ser reconhecida como política pública estruturada, voltada à garantia de proteção social e à promoção da cidadania. Assim, a LOAS estabelece princípios como a universalização dos direitos, a descentralização político-administrativa e a participação da sociedade na gestão das políticas públicas (Yazbek, 2009).

Entre os avanços trazidos pela LOAS destaca-se a criação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que garante um salário mínimo mensal à pessoa idosa com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria subsistência ou tê-la provida por sua família. Esse benefício representa um importante instrumento de proteção social, voltado à redução da pobreza e das desigualdades sociais no país (Boschetti, 2006).

O acesso aos direitos previstos na LOAS ocorre por meio da organização da política de assistência social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), responsável por estruturar a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em todo o território nacional. Nesse sistema, o atendimento à população é realizado principalmente por meio dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centro de Referência Especializado de Assistência

Social (CREAS), que atuam no acompanhamento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou violação de direitos (Brasil, 2005; Yazbek, 2012).

Destacam-se os avanços no número de equipamentos públicos, como CRAS e CREAS, e os desafios relacionados ao financiamento, cobertura e qualidade dos serviços. O trabalho reforça a importância de uma visão mais ampla sobre os benefícios da assistência social, defendendo que eles vão além da transferência de renda, abrangendo um conjunto de ações que fortalecem a proteção social e a cidadania da população em situação de vulnerabilidade.

Conforme Pinheiro (2019) o SUAS é o modelo organizativo da política de assistência social no Brasil, responsável por estruturar e coordenar os serviços, programas, projetos e benefícios voltados à proteção social. Ele foi instituído para garantir o acesso da população aos direitos socioassistenciais de forma descentralizada e com participação social. A base legal dessa política está na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993, que estabelece a assistência social como um direito do cidadão e dever do Estado, voltada à proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. Complementarmente, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004, define diretrizes e princípios que orientam a atuação do SUAS, promovendo a integração entre os entes federativos e assegurando a oferta de serviços de proteção básica e especial, com foco na superação das desigualdades sociais e na promoção da cidadania.

Quanto aos serviços ofertados, o SUAS, conforme Machado (2015) estruturou a assistência como política pública de direito, com ações na esfera básica e especial. Isso inclui Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV e ILPIs. Além disso, o - SCFV, segundo Almeida *et al.* (2010), fortalece os vínculos sociais dos idosos, valorizando sua experiência e autonomia

De acordo com Koelzer, Backes e Zanella (2014), o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), parte do SUAS, tem como função principal prevenir situações de vulnerabilidade social, promovendo apoio, proteção e reinserção das famílias no mercado de trabalho. A equipe do CRAS, composta por psicólogos, assistentes sociais e gestores locais, atua conforme a demanda da população atendida e segue diretrizes legais específicas. Orientados pelo Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), esses profissionais realizam acolhimento, repassam

informações, fazem encaminhamentos, visitas domiciliares e desenvolvem atividades educativas voltadas ao fortalecimento e recuperação das famílias em situação de risco.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública descentralizada que integra a PNAS, sendo responsável pela oferta de serviços de proteção social básica no âmbito do SUAS. Localizado em áreas de vulnerabilidade social, o CRAS está presente em todos os municípios brasileiros e no Distrito Federal, funcionando como a principal porta de entrada do SUAS. Muitas cidades contam com mais de uma unidade, ampliando o acesso das famílias à rede de proteção social (Brasil, 2009).

O CREAS, conforme a PNAS (2004), é um pilar da Proteção Social Especial, atuando de forma preventiva e protetiva para garantir direitos, combater violências e promover autonomia. Seu trabalho é essencial para que famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade possam superar ciclos de exclusão e reconstruir seus projetos de vida em condições dignas (Brasil, 2004).

O estudo de Nascimento e Reis (2022) discute a aplicação do sistema de garantia de direitos das pessoas idosas nas ILPIs, dentro de um contexto capitalista que ainda invisibiliza o envelhecimento e reforça o etarismo. Destaca-se a necessidade de cofinanciamento do Fundo Nacional de Saúde para atender idosos em cuidados continuados e paliativos, uma vez que o Fundo de Assistência Social não cobre despesas com profissionais de saúde. As autoras defendem o reconhecimento das ILPIs como espaços de gestão integrada entre SUS e SUAS, garantindo qualidade e segurança no atendimento, especialmente diante das mudanças familiares e sociais que aumentam a demanda por essas instituições.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), voltado aos idosos com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência em extrema pobreza, representa um importante avanço na proteção social do Brasil. Atrelado ao salário mínimo, o BPC tem mostrado eficácia na redução da pobreza e das desigualdades econômicas, segundo diferentes estudos. Seu papel na promoção da cidadania e na melhoria da qualidade de vida dos beneficiários não deve ser ignorado, mesmo em debates sobre orçamento público. Além disso, a efetividade do benefício poderia ser ampliada com maior integração ao SUAS fortalecendo a oferta de serviços socioassistenciais voltados a esse público (IPEA, 2025).

Entretanto, persistem desafios. Estudo de Ceccon et al. (2021) aponta que idosos em situação de dependência frequentemente enfrentam isolamento, baixa escolaridade e falta de acesso a serviços adequados, o que agrega vulnerabilidade

Por fim, a integração intersetorial é essencial. A relevância de articular SUAS e SUS, e ações interdisciplinares entre Assistência Social, Saúde e Educação, é ressaltada por Lopes, Assis e Pinheiro-Simão (2024), defendendo uma abordagem centrada no indivíduo e no fortalecimento das redes sociais.

Após compreendermos o contexto geral da realidade da pessoa idosa no Brasil, é fundamental analisar como essas condições se manifestam em territórios específicos, como o município de Mariana, especialmente marcado pela atividade minerária e seus impactos na vida da população idosa.

2.2 Capítulo II - A pessoa idosa e o território minerário de Mariana

Este capítulo tem como objetivo contextualizar a atividade mineradora em Minas Gerais, com ênfase no município de Mariana, evidenciando sua trajetória histórica, importância econômica e os impactos sociais e ambientais decorrentes desse modelo de desenvolvimento. Inicialmente, discute-se a formação do território mineiro a partir da exploração mineral, destacando o papel do Quadrilátero Ferrífero e a consolidação de grandes empresas do setor.

Em seguida, aborda-se a centralidade da mineração na configuração socioeconômica de Mariana, bem como as contradições desse processo, especialmente no que se refere às desigualdades sociais, aos fluxos migratórios e às vulnerabilidades produzidas.

O capítulo também analisa o rompimento da barragem de Fundão como marco do maior crime socioambiental da mineração no país, ressaltando seus efeitos sobre o território, a população e, de modo particular, sobre grupos socialmente mais vulneráveis, como a população idosa. Por fim, apresenta-se o debate sobre território e políticas públicas, estabelecendo as bases analíticas para a compreensão das respostas institucionais frente às demandas sociais em um contexto profundamente marcado pela mineração.

A atividade mineral em Minas Gerais remonta ao período colonial, quando o estado já era conhecido pela extração de ouro e diamantes, especialmente nos

séculos XIX e XX. A exploração de minério de ferro, por sua vez, teve início em 1921 com a criação da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, hoje ArcelorMittal. Um marco importante nesse processo foi a fundação da Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale S.A., em 1942, que se tornaria uma das maiores mineradoras do mundo, com forte atuação no estado.

A região centro-sul de Minas, conhecida como Quadrilátero Ferrífero, concentra grande parte dessas atividades e é considerada uma das mais ricas províncias minerais do país. Além de sua importância econômica e geológica, essa área abriga nascentes de importantes bacias hidrográficas, como as dos rios das Velhas e Doce, e engloba municípios como Belo Horizonte, Itabira, Itabirito, Nova Lima, Ouro Preto e Mariana (Coelho *et al*, 2017).

Mariana, localizada em Minas Gerais, é uma cidade marcada por importantes acontecimentos históricos desde sua fundação. Foi pioneira em diversos aspectos no estado, sendo a primeira vila, a primeira capital, sede do primeiro bispado e a primeira cidade planejada de Minas Gerais (Prefeitura de Mariana, 2022). Sua história está profundamente ligada à exploração do ouro, que impulsionou seu crescimento econômico e moldou suas relações sociais, além de ter contribuído para a acumulação de riquezas enviadas à Coroa Portuguesa.

Segundo dados do IBGE (2022), Mariana tem uma população estimada em cerca de 61.830 habitantes e ocupa uma área de 1.194,208 km². A cidade apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,742 (2010) e um PIB per capita de R\$ 129.155,40 (2021).

A presença de grandes empresas, como a Vale, consolidou a mineração como eixo central do desenvolvimento regional, embora também tenha contribuído para sérios impactos ambientais e sociais (Coelho *et al.*, 2017).

A cidade de Mariana, localizada em Minas Gerais, sempre teve sua economia fortemente ligada à atividade mineradora. Inicialmente, destacou-se pela exploração do ouro durante o período colonial, sendo posteriormente marcada pela extração de minério de ferro. Esse processo atraiu grandes empresas do setor, como a Vale e a Samarco, que são frequentemente associadas ao progresso econômico, à criação de empregos e à ampliação da infraestrutura local.

No entanto, esse modelo de desenvolvimento tem sido sustentado por uma exploração intensiva dos recursos naturais, resultando em sérios danos ambientais,

problemas de saúde entre os trabalhadores e diversas dificuldades que comprometem a qualidade de vida da população marianense (Gonçalves, 2024)

Em 5 de novembro de 2015, ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana (MG), caracterizado como o maior crime socioambiental do setor de mineração no Brasil. Cerca de 45 milhões de metros cúbicos de rejeitos foram despejados no meio ambiente, alcançando o rio Gualaxo do Norte, o rio do Carmo e, posteriormente, o rio Doce, até chegar ao litoral do Espírito Santo, afetando mais de 660 km de cursos d'água. A lama, composta principalmente por óxido de ferro e sílica, destruiu o subdistrito de Bento Rodrigues e provocou a morte de 19 pessoas.

Os impactos foram devastadores, incluindo o desalojamento de comunidades, perda de moradias e infraestrutura, destruição de áreas de preservação e vegetação nativa, morte de animais, prejuízos à pesca e à fauna aquática, comprometimento da geração de energia, contaminação hídrica e o aumento da sensação de insegurança e abandono entre os moradores das regiões afetadas (IBAMA, 2022).

A pesquisa de Santos (2023) investigou a relação entre a mineração extrativista, os fluxos migratórios e a atuação da Política de Assistência Social em Mariana (MG), com foco no Cras Cabanas em 2022.

A partir de uma abordagem qualitativa e quantitativa, o estudo revelou que a atividade mineradora impulsionou o crescimento populacional e intensificou desigualdades sociais, exploração da força de trabalho e empobrecimento, especialmente entre migrantes. Além disso, o rompimento da barragem agravou os problemas sociais e de saúde na região, afetando tanto os atingidos quanto os profissionais de saúde. A reorganização dos serviços foi necessária diante da sobrecarga e da pandemia de Covid-19. Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde passou a ter papel fundamental no cuidado integral, adotando uma abordagem mais sensível às vulnerabilidades sociais provocadas pelo rompimento.

A pesquisa de Gomes (2021) teve como objetivo investigar os efeitos sociais e econômicos vivenciados por pessoas idosas diretamente afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão, da empresa Samarco S.A., em Mariana (MG), que foram forçadas a deixar suas casas abruptamente e se estabelecer em novos territórios. O estudo focou nos idosos cadastrados e atendidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC), e foi desenvolvido em três etapas: identificação dos

atingidos deslocados, aplicação de entrevistas semiestruturadas com uma amostra aleatória de 50 idosos e análise dos dados obtidos.

Os resultados apontaram que o deslocamento causou perdas significativas nos vínculos sociais, comunitários e familiares, além de impactos econômicos e emocionais. Observou-se também o desconhecimento da PNAS e a ausência de serviços oferecidos pelo SUAS e pelas políticas voltadas à proteção da pessoa idosa. Embora o Auxílio Financeiro Emergencial (AFE), concedido pela Fundação Renova, tenha sido disponibilizado como forma de compensação financeira, ele não foi suficiente para conter o adoecimento físico e psicológico dessa população, sendo a resiliência individual um dos poucos fatores que contribuíram para amenizar os impactos vivenciados.

O estudo de Leão e Pinto (2025) cita a expansão da mineração em cidades como Mariana (MG) atrai famílias migrantes em busca de trabalho, mas a riqueza gerada por esse setor não é igualmente distribuída, resultando na formação de bairros precários como a Vila Serrinha, sendo que, a urbanização favorece interesses privados, encarece os imóveis e empurra populações de baixa renda para áreas periféricas com pouca infraestrutura, assim a pobreza vivenciada por essas famílias reflete desigualdades estruturais do capitalismo, afetando principalmente mulheres, pessoas negras e com baixa escolaridade.

Ainda segundo Leão e Pinto (2025), as reivindicações por melhorias são feitas de forma isolada, o que dificulta a mobilização coletiva. Compreender o contexto social, político e cultural da Vila Serrinha é essencial para fortalecer a organização comunitária e promover uma sociedade mais justa e democrática.

O TCC de Santos (2024) apresentado ao curso de Serviço Social da UFOP analisa a efetivação das políticas públicas voltadas à população idosa, com base na experiência em uma ILPI em Mariana (MG).

O estudo tem como objetivo compreender a implementação dessas políticas no Brasil, investigando como os direitos da pessoa idosa são assegurados e os desafios enfrentados pelas ILPIs. A pesquisa foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica e da vivência no projeto de extensão “Memorial da Vida” realizado no Lar Santa Maria. Os resultados evidenciam a desigualdade social no envelhecimento e a distância entre o que está previsto na legislação e a realidade vivida, destacando ainda os limites da atuação do assistente social nesses espaços e a necessidade de ampliar os estudos e debates sobre o tema.

Para estabelecer a conexão entre a realidade da pessoa idosa no contexto minerário de Mariana e a análise das políticas públicas a ela destinadas, é fundamental compreender como o território influencia diretamente as condições de vida dessa população. Segundo Sposito (2001), o território não deve ser entendido apenas como espaço físico, mas como um espaço socialmente construído, atravessado por relações de poder e desigualdades. No caso de Mariana, a presença histórica da mineração molda não apenas a economia local, mas também as dinâmicas sociais, afetando de forma significativa os idosos, especialmente aqueles impactados por deslocamentos, perdas territoriais e ausência de infraestrutura adequada. Assim, o capítulo seguinte busca analisar como as políticas públicas têm (ou não) respondido às demandas específicas dessa população em um território marcado por profundas transformações e vulnerabilidades sociais.

A atividade minerária em Mariana (MG), historicamente associada à exploração de recursos e ao crescimento econômico regional, passou a ser também sinônimo de catástrofe socioambiental após o rompimento da barragem de Fundão em 2015. Além dos danos ambientais evidentes, o desastre criminal e as ações de reparação subsequentes transformaram profundamente a dinâmica social e econômica da cidade (Oliveira, 2024)

Entre os impactos mais sentidos pela população em geral está a especulação imobiliária, que elevou de forma significativa o custo de vida local. A presença de grandes empreiteiras, funcionários da Fundação Renova e órgãos públicos gerou uma pressão sobre o mercado de imóveis urbanos, provocando aumento de aluguéis e dificultando o acesso à moradia. Como aponta De Lima (2022), as práticas de reassentamento e reurbanização após o rompimento contribuíram para a desestruturação dos territórios tradicionais e para a mercantilização do espaço urbano.

Esse aumento no custo de vida tem rebatimentos mais severos sobre a população idosa, especialmente aposentados e beneficiários do BPC, cujas rendas são fixas e muitas vezes insuficientes para cobrir despesas básicas. A falta de políticas públicas de contenção de preços e regulação urbana acentua a exclusão social desse grupo, deslocando moradores antigos para regiões periféricas e com menor infraestrutura.

Segundo Lima (2022), a especulação imobiliária em cidades de médio porte pode gerar dinâmicas de gentrificação que atingem diretamente populações

vulneráveis, mesmo que indiretamente afetadas por processos como reassentamentos forçados.

De acordo com Queiroz (2024), a reconfiguração da cidade após o rompimento introduziu novas tensões entre moradores, inclusive entre famílias que antes compartilhavam os mesmos lares e agora enfrentam novas regras de convivência, frequentemente impostas de forma unilateral pela Fundação Renova. Essas transformações afetam o cotidiano das pessoas, intensificando o sentimento de desamparo e insegurança.

Para Andrade, Bógus e Junqueira (2019), o rompimento da barragem de Mariana revelou não só a fragilidade institucional diante de grandes empreendimentos minerários, mas também o abandono das populações atingidas, que enfrentam dificuldades para acessar seus direitos básicos em meio a um cenário de crise social prolongada.

Nesse sentido, os impactos da mineração e da posterior "reparação" operada pela Fundação Renova extrapolam os danos materiais e ambientais, afetando a coesão social, o direito à cidade e a dignidade de diversos segmentos da população — especialmente os mais pobres e os idosos, que vivem com rendimentos fixos e têm menor capacidade de adaptação às mudanças impostas pela especulação imobiliária.

2.3 Capítulo III - Análise das políticas para a pessoa idosa em Mariana (2023 – 2025)

Este capítulo tem como objetivo analisar as políticas públicas de saúde no município de Mariana (MG), com ênfase na população idosa, a partir da análise documental do Plano Municipal de Saúde (PMAS) 2023–2025 e Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) 2023-2025. A metodologia adotada fundamenta-se na leitura crítica e sistematizada do referido plano, considerando seus diagnósticos, indicadores epidemiológicos e demográficos, estrutura da rede de serviços, financiamento e metas estabelecidas.

A análise documental possibilita compreender como as demandas do território são reconhecidas pelo poder público e de que maneira se traduzem em ações

concretas, especialmente em um município marcado pela atividade mineradora e por profundas desigualdades sociais.

O aumento da expectativa de vida e a ampliação do número de pessoas com mais de 60 anos demandam ações estatais que assegurem proteção social, acesso à saúde, assistência social e participação na vida comunitária. Nesse contexto, políticas públicas direcionadas à população idosa tornam-se fundamentais para promover qualidade de vida, autonomia e dignidade durante o processo de envelhecimento (Dias; Pais-Ribeiro, 2018).

No campo da proteção social, as políticas públicas destinadas à pessoa idosa devem considerar não apenas aspectos biológicos do envelhecimento, mas também as dimensões sociais, econômicas e culturais que influenciam essa fase da vida. A ampliação da população idosa exige que o Estado desenvolva estratégias capazes de garantir direitos e reduzir desigualdades sociais, promovendo inclusão e participação social. Dessa forma, as políticas públicas voltadas ao envelhecimento assumem papel essencial na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (Pinheiro; Areosa, 2018).

No Brasil, marcos legais como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Pessoa Idosa estabeleceram importantes avanços na garantia de direitos dessa população. Essas legislações reforçam a responsabilidade do Estado, da família e da sociedade na proteção da pessoa idosa, assegurando acesso a serviços de saúde, assistência social, educação, cultura e lazer. Entretanto, apesar dos avanços normativos, ainda existem desafios relacionados à efetivação dessas políticas, especialmente em municípios de médio porte, onde muitas vezes há limitações de recursos e de estrutura institucional (Costa, 2025).

No contexto municipal, como no caso de Mariana, a implementação de políticas públicas voltadas à população idosa entre 2023 e 2025 torna-se ainda mais relevante diante das desigualdades sociais e dos impactos socioeconômicos vivenciados na região. A presença de uma população idosa crescente exige a ampliação de serviços socioassistenciais, programas de convivência e estratégias de atenção integral à saúde, capazes de atender às demandas específicas desse grupo social e promover um envelhecimento digno e ativo.

Além disso, políticas públicas voltadas à pessoa idosa contribuem para o fortalecimento da autonomia, da participação social e da inclusão desse segmento na vida comunitária. Programas de convivência, atividades culturais, educativas e de

lazer têm papel fundamental no combate ao isolamento social e na promoção do envelhecimento ativo, favorecendo o bem-estar físico, psicológico e social da população idosa (Souza, 2022).

Dessa forma, discutir a importância das políticas públicas para a pessoa idosa em municípios como Mariana entre 2023 e 2025 é fundamental para compreender os desafios e as possibilidades de fortalecimento da rede de proteção social. A ampliação dessas políticas contribui para a garantia de direitos, para a redução das desigualdades sociais e para a promoção de uma sociedade que reconheça e valorize a diversidade etária e o papel social da população idosa.

2.3.1 Plano Municipal de Saúde (PMS)

O PMS é um instrumento de planejamento obrigatório no âmbito do SUS elaborado com base na realidade local e orientado pelos princípios da universalidade, integralidade e equidade. Sua função é direcionar as ações da política de saúde, definir prioridades e orientar a aplicação dos recursos públicos ao longo de sua vigência. Dessa forma, o PMS expressa não apenas um diagnóstico técnico, mas também escolhas políticas que impactam diretamente a visibilidade, ou invisibilidade, de determinados grupos sociais, como a população idosa.

A análise inicial do plano evidencia a importância dos dados populacionais para a compreensão das demandas em saúde no município. A Tabela 1 apresenta a distribuição da população de Mariana por faixa etária e sexo, revelando a presença significativa de pessoas com 60 anos ou mais, o que aponta para um processo de envelhecimento populacional.

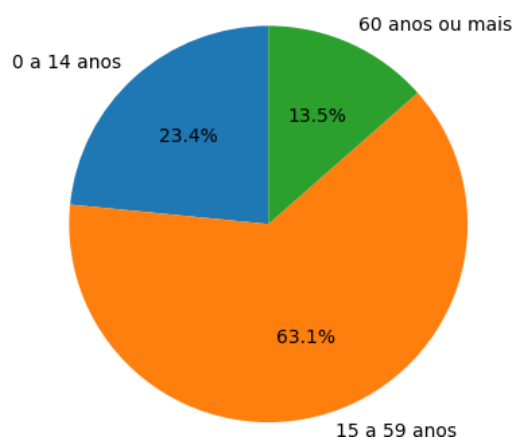
Tabela 1 – População de Mariana por faixa etária e sexo (2022)

Faixa etária	Feminino	Masculino
0 a 14 anos	6.270	6.429
15 a 59 anos	17.456	16.754
60 anos ou mais	3.873	3.437
Total	27.599	26.620

Fonte: PMS Mariana (2023–2025).

Os dados evidenciam uma porcentagem maior de mulheres na faixa etária acima de sessenta anos evidenciando o fenômeno denominado de feminização da velhice. Cabe ressaltar que ainda que mulheres apresentem maior expectativa de vida também apresentam alto índice de adoecimento decorrente de um processo de violências de gênero a que são submetidas ao longo da vida. Outro aspecto importante a ser considerado é o empobrecimento de gênero diante da alta porcentagem de mulheres que se dedicam ao cuidado, ou seja, o trabalho não pago que terá por consequência a exclusão do sistema previdenciário brasileiro.

Gráfico 1 – Distribuição percentual da população por faixa etária



Fonte: Plano Municipal de Saúde de Mariana (2023–2025)

O Gráfico 1 mostra que, embora a maior parte da população esteja concentrada na faixa etária de 15 a 59 anos, observa-se uma participação significativa da população com 60 anos ou mais, correspondendo a aproximadamente 13,5% do total de habitantes.

Segundo dados do Censo Demográfico de 2022 do IBGE, indica que cerca de 14,7% da população brasileira é composta por pessoas idosas, revelando que o município acompanha a tendência nacional de envelhecimento populacional. Esse dado confirma o processo de envelhecimento populacional no município e reforça a necessidade de políticas públicas de saúde voltadas às especificidades da pessoa idosa, especialmente no que se refere à atenção contínua, prevenção de agravos e cuidados de longa duração.

A presença expressiva da população idosa reforça a necessidade de políticas públicas específicas voltadas à atenção integral à saúde desse grupo, considerando o aumento das doenças crônicas, da demanda por cuidados continuados e por serviços especializados. Ao analisar os indicadores de mortalidade, o plano evidencia que os óbitos se concentram majoritariamente nas faixas etárias mais elevadas, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Mortalidade por faixa etária – Mariana (2022)

Faixa etária	Óbitos
0 a 14 anos	menor incidência
15 a 39 anos	moderada
40 a 59 anos	elevada
60 a 69 anos	Alta
70 a 79 anos	muito alta
80 anos ou mais	muito alta

Fonte: PMS Mariana (2023–2025).

Esses dados demonstram que a população idosa concentra os maiores índices de mortalidade, o que evidencia a urgência de políticas voltadas à prevenção, acompanhamento contínuo, reabilitação e cuidados domiciliares. No que se refere à estrutura da rede de serviços de saúde, o PMS apresenta o mapeamento dos equipamentos existentes no município, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 – Rede de serviços de saúde de Mariana

Serviço	Quantidade
Unidades de Saúde da Família (USF)	16
Postos de Saúde	12
CAPS	3
Serviço de Atenção Domiciliar (SAD)	1
Centro de Reabilitação	1

Serviço	Quantidade
Hospital Geral	1
TFD – Tratamento Fora do Domicílio	1

Fonte: PMS Mariana (2023–2025).

Embora o município possua uma rede robusta de serviços públicos, o plano possui lacunas importantes relacionadas ao número de pessoas idosas que são atendidas pelas políticas públicas tampouco indica ações específicas direcionadas à população idosa, o que limita a avaliação da efetividade da política de saúde para esse grupo etário.

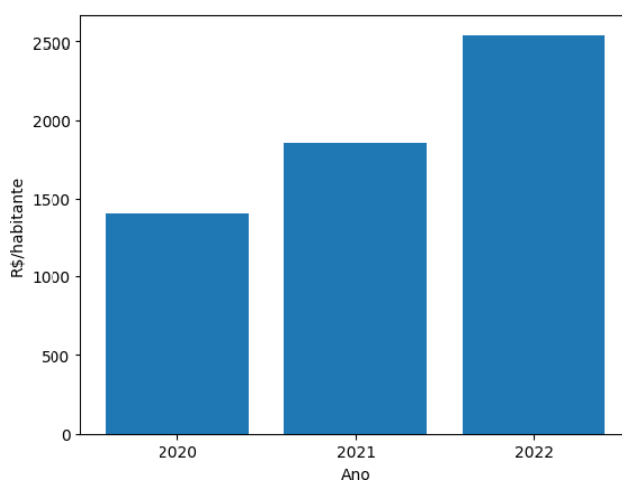
Em relação ao financiamento, observa-se crescimento significativo das despesas com saúde por habitante, conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 – Despesas totais com saúde por habitante (2020–2022)

Ano	Valor (R\$/hab)
2020	R\$ 1.402,75
2021	R\$ 1.851,55
2022	R\$ 2.541,47

Fonte: PMS Mariana (2023–2025).

Gráfico 2 – Evolução das despesas com saúde por habitante



Fonte: Plano Municipal de Saúde de Mariana (2023–2025)

Conforme ilustrado no Gráfico 2, observa-se um crescimento expressivo das despesas com saúde por habitante no município de Mariana entre os anos de 2020 e 2022. Apesar desse aumento progressivo dos investimentos, o PMS não explicita de que forma esses recursos foram direcionados para o atendimento das demandas da população idosa, nem se houve ampliação de serviços específicos voltados a esse público.

Apesar do aumento expressivo do gasto público em saúde, o plano não explicita se esses recursos resultaram na ampliação ou qualificação de serviços voltados à população idosa, especialmente no que se refere à atenção domiciliar, reabilitação e cuidados de longa duração.

A análise documental do PMS de Mariana (2023–2025) permitiu compreender como o planejamento público municipal reconhece, ou limita, as demandas decorrentes do envelhecimento populacional.

No entanto, apesar da existência de informações relevantes sobre população, mortalidade e rede de serviços, constatou-se que tais dados não se traduzem de forma clara em ações, metas ou estratégias específicas voltadas à pessoa idosa. O mapeamento da rede de saúde demonstra a presença de serviços importantes, como o Serviço de Atenção Domiciliar, o Centro de Reabilitação e as Unidades de Saúde da Família, mas o plano não apresenta a quantidade de atendimentos realizados, tampouco indica prioridades voltadas ao cuidado da população idosa.

No que se refere ao financiamento, o crescimento das despesas com saúde por habitante indica um aumento do investimento público no setor. Contudo, a ausência de detalhamento sobre a destinação desses recursos para ações voltadas ao envelhecimento populacional revela fragilidades no planejamento e no monitoramento da política de saúde. Essa lacuna torna-se ainda mais evidente ao se observar que o termo “idoso” não aparece de forma explícita nas metas do plano, mesmo diante do reconhecimento do aumento da demanda por serviços de saúde.

Dessa forma, conclui-se que o PMS de Mariana apresenta limites significativos no enfrentamento das demandas específicas da população idosa, reproduzindo uma lógica de planejamento generalista que pouco dialoga com as desigualdades territoriais, sociais e etárias do município.

Em um território marcado historicamente pela mineração e pelos impactos do rompimento da barragem de Fundão, a ausência de políticas específicas para a população idosa aprofunda vulnerabilidades e evidencia a necessidade de maior

articulação entre saúde, assistência social e demais políticas públicas. Essa constatação reforça a importância de avançar na análise das políticas de assistência social, especialmente no que se refere à proteção social da pessoa idosa, tema que será aprofundado no capítulo seguinte.

Conforme Jaccoud (2024) através do estudo intitulado: Idosos em situação de isolamento social: uma abordagem macrossetorial, analisa o isolamento social da população idosa no Brasil a partir de uma perspectiva integrada da seguridade social, articulando as políticas de saúde e assistência social. Com base em revisão da literatura internacional e na análise de dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, o trabalho evidencia que o isolamento social e a solidão têm impactos negativos significativos sobre a saúde física, mental e o bem-estar dos idosos, sendo intensificados por fatores como mudanças nas estruturas familiares, limitações funcionais, doenças crônicas e desigualdades socioeconômicas.

A autora Jaccoud (2024) destaca que intervenções coletivas, comunitárias e intergeracionais tendem a apresentar melhores resultados do que ações individualizadas, ao fortalecer redes de apoio e vínculos sociais. Ao examinar a realidade brasileira, o estudo aponta avanços institucionais, mas ressalta fragilidades na integração entre o Sistema Único de Saúde e o Sistema Único de Assistência Social, defendendo a abordagem macrossetorial como essencial para identificar lacunas, promover maior coordenação entre políticas públicas e ampliar a efetividade das ações voltadas ao envelhecimento saudável e à redução do isolamento social dos idosos.

A articulação entre o PMS e o PMAS revela-se fundamental para a garantia da atenção integral à população idosa, uma vez que o processo de envelhecimento envolve demandas que extrapolam o campo biomédico e requerem intervenções intersetoriais. Enquanto o PMS concentra-se na promoção, prevenção e recuperação da saúde, com ênfase no acompanhamento clínico e na atenção básica, o PMAS complementa essa atuação ao enfrentar as vulnerabilidades sociais associadas ao envelhecimento, como o isolamento social, a dependência funcional e a fragilização dos vínculos familiares e comunitários.

Dessa forma, a integração entre as políticas de saúde e assistência social possibilita respostas mais efetivas às necessidades da pessoa idosa, fortalecendo o cuidado integral, a proteção social e a garantia de direitos no âmbito municipal.

2.3.2 Plano Municipal de Assistência Social

O PMAS reconhece a pessoa idosa como sujeito de direitos, destacando que o envelhecimento populacional impõe novos desafios à política de assistência social no município. Nesse contexto, a proteção social deve garantir não apenas a sobrevivência, mas também a dignidade, a autonomia e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

O PMAS apresenta uma análise socioeconômica e proteção social da população idosa em Mariana-MG apresentando importantes recortes baseados nos dados de (2023-2025) do (CADÚnico), elencando que a vulnerabilidade é um marcador importante dessa população, compreendendo que há 372 beneficiários do BPC e 416 idosos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), evidenciado o uso importante de programas de transferência de renda e a probabilidade de descobertura previdenciária.

Segundo o PMAS de 2023-2025, 14.854 famílias estão cadastradas no CadÚnico, dessas 6.670 são beneficiárias de programas sociais, dentre essas 2.078 famílias contam com ao menos uma pessoa idosa no cadastro. Esse dado já evidencia o empobrecimento da população idosa do município. Aponta-se ainda que o PMAS se torna um importante instrumento relacionado ao planejamento do Sistema Único de Assistência Social, é ainda um orientador da política pública e daquilo que ela se compromete a executar, sendo a proteção social e a garantia de direitos.

Ressalta-se que os dados foram extraídos da base cadastral do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, considerando cadastros atualizados até 11 de janeiro de 2025. A ausência de atualizações posteriores, em razão da indisponibilidade do sistema do CADÚnico, constitui uma limitação metodológica importante, devendo ser considerada na análise, uma vez que pode não refletir mudanças recentes no perfil dos beneficiários.

Quanto à temporalidade das informações, destaca-se que os dados do PBF têm como referência a folha de pagamentos de fevereiro de 2025, enquanto os dados do BPC correspondem à folha de pagamentos de junho de 2025. Essa diferença temporal deve ser observada na interpretação dos resultados, pois pode influenciar comparações diretas entre os programas.

De modo geral, os dados revelam a relevância das políticas de assistência social para a garantia de direitos básicos da população idosa, ao mesmo tempo em que evidenciam a necessidade de fortalecimento de ações integradas nas áreas de saúde, assistência social e previdência, especialmente no contexto do envelhecimento populacional e das desigualdades socioeconômicas persistentes.

O documento aponta que muitos idosos se encontram em situação de vulnerabilidade social, seja em razão da pobreza, do isolamento social, de limitações funcionais, da dependência de cuidados ou da fragilização dos vínculos familiares. Essas condições exigem ações específicas da Proteção Social Básica e Especial, com foco na prevenção de riscos sociais e na redução de violações de direitos.

Em relação aos serviços que possuem como especialização o atendimento a população idosa, destaca-se o Recriavida – Centro de Referência do Idoso, que presta atendimento a 748 idosos cadastrados através SCFV, além de organizações da sociedade civil (OSC), tais como: o Lar Santa Maria (ILPI) e a Comunidade da Figueira.

Destaca-se o papel dos SCFV como estratégia fundamental para promover a socialização, o envelhecimento ativo e a melhoria da qualidade de vida da população idosa. Tais serviços contribuem para o enfrentamento da solidão, do isolamento e da exclusão social, frequentes nessa fase da vida.

O plano também enfatiza a necessidade de atuação articulada da rede socioassistencial com outras políticas públicas, como saúde e direitos humanos, bem como com instâncias de controle social, a exemplo do Conselho Municipal do Idoso, visando à promoção da participação social e à defesa dos direitos dessa população. É possível analisar que a cidade ainda trata de forma incipiente as especificidades e cuidado para com o público em questão, tendo em vista a ausência de indicadores claros e estratégias inespecíficas em relação à população idosa.

Faz-se urgente a discussão, ampliação e fortalecimento da intersetorialidade, além de criar serviços especializados à população idosa para que seja assegurado os direitos da pessoa idosa a nível municipal e fortalecimento de seus direitos a nível nacional

Por fim, o documento reforça que a política de assistência social deve estar preparada para responder ao crescimento do número de idosos, adotando estratégias que assegurem proteção, cuidado e inclusão social, respeitando as especificidades

do processo de envelhecimento e combatendo práticas discriminatórias, negligência e violência contra a pessoa idosa.

2.3.3 Planos Municipais como instrumentos de planejamento das Políticas Públicas

A discussão acerca do envelhecimento populacional e da garantia de direitos à pessoa idosa evidencia a centralidade das políticas públicas na construção de respostas institucionais às demandas sociais. Entretanto, para que essas políticas sejam efetivamente implementadas, torna-se necessário compreender os instrumentos de planejamento que orientam a ação do poder público nos diferentes níveis federativos. Nesse sentido, os planos municipais configuram-se como importantes instrumentos de organização e planejamento das políticas públicas no âmbito local.

De modo geral, as políticas públicas podem ser compreendidas como o conjunto de ações e decisões adotadas pelo Estado com o objetivo de enfrentar problemas coletivos e produzir impactos nas condições de vida da população. Conforme aponta Souza (2006), as políticas públicas correspondem às ações que os governos escolhem implementar, ou deixar de implementar, a partir de determinadas prioridades e contextos políticos. Nesse processo, a formulação das políticas envolve diferentes etapas, incluindo a definição de problemas, a construção de agendas governamentais, a elaboração de alternativas, a implementação das ações e a avaliação dos resultados alcançados.

No campo das políticas sociais, especialmente nas áreas da saúde e da assistência social, o planejamento assume papel fundamental para a organização das ações governamentais. O planejamento permite identificar necessidades sociais, estabelecer prioridades, definir metas e orientar a utilização dos recursos públicos de forma mais estratégica. Dessa forma, contribui para que as políticas públicas sejam desenvolvidas de maneira mais estruturada, evitando respostas fragmentadas ou meramente emergenciais.

Nesse contexto, os planos municipais constituem instrumentos relevantes de gestão pública, pois sistematizam diagnósticos da realidade local, definem diretrizes e metas e orientam as ações do poder público em determinado período. Esses instrumentos possibilitam que as diretrizes nacionais das políticas sociais sejam

traduzidas para a realidade específica dos municípios, considerando suas características territoriais, socioeconômicas e institucionais.

No âmbito da assistência social, o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) configura-se como um dos principais instrumentos de planejamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse documento tem como objetivo organizar as ações da política socioassistencial no município, estabelecendo diretrizes, metas e estratégias voltadas à garantia da proteção social e à ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais. Conforme orientações técnicas voltadas à elaboração desses planos, o planejamento deve considerar aspectos como diagnóstico socioterritorial, definição de prioridades, estruturação da rede de serviços e estabelecimento de mecanismos de monitoramento e avaliação das ações implementadas (SEDESE, 2021).

O diagnóstico socioterritorial constitui etapa fundamental desse processo, pois permite identificar as características do território, as situações de vulnerabilidade social presentes na população e as demandas específicas que devem orientar a formulação das políticas públicas. A partir desse diagnóstico, torna-se possível planejar ações mais adequadas às necessidades locais e fortalecer a capacidade de resposta do poder público diante das diferentes expressões da questão social (SEDESE, 2021).

Além da política de assistência social, o planejamento também ocupa papel central na organização da política de saúde. O Plano Municipal de Saúde constitui o principal instrumento de planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito municipal, definindo diretrizes, objetivos e metas que orientarão a atuação da gestão pública durante determinado período. Esse instrumento deve considerar o perfil epidemiológico da população, as condições socioeconômicas do território e as necessidades identificadas no diagnóstico da realidade local.

Nesse sentido, os planos municipais funcionam como instrumentos que articulam diferentes dimensões da gestão pública, incluindo diagnóstico da realidade social, definição de prioridades, organização da rede de serviços e acompanhamento das ações desenvolvidas. Além disso, esses documentos contribuem para fortalecer a transparência da gestão pública e possibilitam o acompanhamento e o controle social por parte da sociedade e dos conselhos de políticas públicas.

No contexto do envelhecimento populacional, o planejamento das políticas públicas torna-se ainda mais relevante. O crescimento da população idosa no Brasil

tem provocado transformações significativas nas demandas sociais, exigindo respostas institucionais que considerem não apenas aspectos relacionados à saúde, mas também às dimensões sociais, econômicas e territoriais que atravessam o processo de envelhecimento. Conforme apontam Silva e Galindo (2023), o aumento da população idosa tem ampliado os debates acerca da necessidade de planejamento governamental voltado à organização das políticas públicas e à estruturação dos sistemas de proteção social.

Dessa forma, os planos municipais assumem papel estratégico na organização das políticas públicas voltadas à população idosa, pois possibilitam identificar demandas específicas desse segmento populacional, planejar ações voltadas à promoção da saúde e à garantia de direitos e fortalecer a articulação entre diferentes políticas sociais. A análise desses instrumentos permite compreender de que maneira as políticas públicas são estruturadas no território e quais são os limites e potencialidades presentes na implementação das ações voltadas à população idosa. Essa análise torna-se fundamental para compreender o contexto no qual se inserem as políticas públicas municipais e os desafios enfrentados na garantia de direitos da população idosa.

3 METODOLOGIA

O presente TCC caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, com caráter descritivo e analítico, fundamentada na análise documental e bibliográfica.

O estudo busca analisar a atuação das políticas públicas de saúde e assistência social no enfrentamento das barreiras de acesso da população idosa às políticas públicas no município de Mariana–MG, buscando compreender como essas políticas são planejadas, organizadas e operacionalizadas no território, bem como seus limites e potencialidades na garantia de direitos da pessoa idosa.

Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica a partir de livros, artigos científicos, dissertações, teses e publicações institucionais que abordam o envelhecimento populacional, a seguridade social e as políticas públicas voltadas à proteção social da pessoa idosa. Essa etapa teve como objetivo a construção do referencial teórico, fornecendo subsídios conceituais e analíticos para a interpretação dos dados empíricos.

Na sequência, desenvolveu-se uma análise documental, com base em documentos oficiais e dados secundários provenientes de bases públicas e institucionais, tais como o CADÚnico para Programas Sociais do Governo Federal, informações do Ministério do Desenvolvimento Social, relatórios e dados do IPEA e da PNS.

Esses materiais permitiram a caracterização do perfil socioeconômico da população idosa residente em Mariana, bem como a identificação de sua inserção em programas de transferência de renda e de indicadores relacionados ao apoio social, à dependência funcional e ao acesso aos serviços públicos.

A análise dos dados foi orientada pela perspectiva da proteção social, considerando o papel das políticas públicas na garantia de direitos e na redução das vulnerabilidades sociais da população idosa. Essa abordagem permite analisar os limites e potencialidades das ações de saúde e assistência social no atendimento aos idosos no município de Mariana – MG.

Por fim, os dados e documentos analisados foram sistematizados de forma interpretativa, relacionando os resultados empíricos ao referencial teórico adotado, com o objetivo de evidenciar os limites e potencialidades das políticas públicas

existentes no município de Mariana – MG e contribuir para a reflexão sobre estratégias integradas de enfrentamento a violação de direitos da população idosa.

4 RESULTADOS

A análise dos dados empíricos e documentais deste estudo evidencia que o envelhecimento populacional no município de Mariana–MG ocorre em um contexto marcado por desigualdades sociais, territoriais e institucionais, fortemente influenciado pela centralidade histórica da atividade mineradora e pelos impactos socioambientais do rompimento da barragem de Fundão.

Esses resultados dialogam diretamente com a literatura que compreende o envelhecimento como um processo socialmente construído, atravessado por fatores econômicos, políticos e culturais, e não apenas como uma condição biológica (Rodrigues; Soares, 2006; Amorim; Pessoa, 2014).

Os dados do PMS de Mariana (2023–2025) confirmam a presença significativa da população idosa no município, representando aproximadamente 13,5% do total de habitantes. Esse resultado corrobora as análises de Irigaray et al. (2016) e Lopes, Assis e Pinheiro-Simões (2024), que apontam o crescimento expressivo desse grupo etário no Brasil e o consequente aumento das demandas por políticas públicas específicas, especialmente relacionadas às doenças crônicas, à dependência funcional e aos cuidados continuados.

No entanto, embora o envelhecimento populacional seja reconhecido nos dados demográficos e epidemiológicos do plano, esse reconhecimento não se materializa em metas, ações ou estratégias direcionadas à população idosa, evidenciando uma dissociação entre diagnóstico e planejamento.

A concentração dos óbitos nas faixas etárias mais elevadas, sobretudo entre pessoas com 70 anos ou mais, reforça a urgência de políticas de saúde orientadas à atenção integral, à prevenção de agravos e à continuidade do cuidado. Conforme destacam Fernandes e Soares (2012) e Bitencourt (2023), a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa pressupõe a reorganização da rede de atenção à saúde para responder às especificidades do envelhecimento. Entretanto, os resultados desta pesquisa indicam que, em Mariana, o planejamento municipal ainda reproduz uma lógica generalista e biomédica, alinhando-se às críticas de Oliveira, Salvador e Lima (2023), que apontam a persistência de modelos que negligenciam as dimensões sociais e subjetivas do envelhecimento.

No que se refere à rede de serviços de saúde, apesar da existência de Unidades de Saúde da Família, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Serviço de

Atenção Domiciliar e Centro de Reabilitação, os resultados revelam fragilidades na organização e no monitoramento dessas ofertas em relação à população idosa. O PMS não apresenta dados sobre volume de atendimentos, cobertura ou impacto dessas ações, o que limita a avaliação da efetividade dos serviços. Essa lacuna dialoga com as análises de Ribeiro et al. (2025), que identificam avanços na atenção primária, mas persistem barreiras no acesso a serviços especializados e na garantia de cuidado integral às pessoas idosas.

No que se refere à saúde mental da pessoa idosa, a experiência de estágio no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) evidenciou a presença significativa de idosos em sofrimento psíquico associado ao uso de substâncias, à solidão, às perdas afetivas e à precarização das condições de vida. A ausência de políticas voltadas para saúde da pessoa idosa somada a essa realidade aponta para a necessidade de ampliar o olhar sobre a saúde mental no envelhecimento, superando concepções que a restringem apenas à esfera biológica.

No entanto, observa-se como dado preocupante a existência de apenas três CAPS no município/região, número insuficiente para atender de forma adequada a demanda existente, especialmente considerando o crescimento da população idosa. Essa limitação compromete o acesso ao cuidado em saúde mental e reforça a importância do fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com estratégias específicas voltadas à pessoa idosa.

A análise do financiamento da saúde demonstra crescimento expressivo das despesas por habitante entre 2020 e 2022. Contudo, os resultados evidenciam que o aumento do investimento público não foi acompanhado de transparência quanto à destinação dos recursos para ações voltadas ao envelhecimento populacional. Tal achado reforça as críticas de Dos Santos et al. (2025), que destacam o subfinanciamento estrutural e a gestão pouco orientada pela equidade como entraves à efetivação do SUS, especialmente para grupos sociais mais vulneráveis, como a população idosa.

No âmbito da assistência social, os dados do CADÚnico revelam que um número expressivo de pessoas idosas em Mariana depende de programas de transferência de renda, como o BPC e o Programa Bolsa Família. Esse resultado confirma as análises de Pinheiro et al. (2023) e do IPEA (2025) que reconhecem o BPC como um instrumento fundamental de redução da pobreza e de garantia de mínimos sociais, sobretudo para idosos que não acessaram direitos previdenciários.

Ao mesmo tempo, evidencia fragilidades estruturais do sistema de proteção social brasileiro, agravadas pelas reformas previdenciárias recentes, conforme discutem Carlos e Leite (2019).

Entretanto, apesar da relevância dos benefícios monetários, os resultados apontam para limites na oferta de serviços socioassistenciais voltados ao fortalecimento de vínculos. A atuação do SUAS no município, embora essencial, apresenta desafios relacionados à integração intersetorial e à capacidade de responder às demandas complexas da população idosa, especialmente em contextos de vulnerabilidade territorial. Esse cenário dialoga com as análises de Machado (2015) e Pinheiro (2019), que ressaltam a importância de uma assistência social articulada, territorializada e orientada pela garantia de direitos.

A problemática do isolamento social emerge como um dos principais achados deste estudo. Os resultados indicam que fatores como renda fixa insuficiente, aumento do custo de vida, deslocamentos forçados, perda de vínculos comunitários e desconhecimento dos direitos sociais contribuem para a intensificação do isolamento entre os idosos de Mariana.

Esses achados convergem com o estudo de Jaccoud (2024), que evidencia os impactos negativos do isolamento social sobre a saúde física e mental da população idosa e defende a adoção de abordagens macrossetoriais, com articulação entre saúde, assistência social e demais políticas públicas.

A análise do PMS e do PMAS de Mariana evidencia a existência de diretrizes convergentes voltadas à atenção integral da população idosa, especialmente no que se refere à promoção da qualidade de vida, à prevenção de agravos e ao enfrentamento das vulnerabilidades sociais.

Observa-se que o Plano de Saúde prioriza ações de acompanhamento clínico, prevenção de doenças crônicas e fortalecimento da Atenção Primária, enquanto o Plano de Assistência Social atua de forma complementar, com foco na proteção social, no fortalecimento de vínculos e na prevenção de situações de negligência, isolamento e violação de direitos. No entanto, os resultados apontam que, apesar da complementaridade entre os planos, a articulação intersetorial ainda se apresenta de forma incipiente, indicando a necessidade de maior integração entre as políticas de saúde e assistência social para garantir respostas mais efetivas e contínuas às demandas da população idosa no município.

No contexto específico de Mariana, marcado pela mineração e pelo crime socioambiental de 2015, os resultados reforçam as análises de Gomes (2021), Santos (2023) e Gonçalves (2024), que apontam para a desestruturação dos territórios, a intensificação da pobreza e a fragilização das redes de apoio social, afetando de forma mais severa a população idosa. A ausência de políticas públicas específicas para esse grupo aprofunda as vulnerabilidades existentes e evidencia a insuficiência das respostas institucionais frente às demandas produzidas por esse modelo de desenvolvimento.

Dessa forma, os resultados e a discussão deste estudo evidenciam que, embora existam marcos legais consolidados, como a Política Nacional do Idoso e o Estatuto da Pessoa Idosa, sua efetivação no município de Mariana ainda apresenta limites significativos.

A fragmentação das políticas, a ausência de planejamento específico e a baixa articulação entre SUS e SUAS contribuem para a reprodução das desigualdades sociais e para o agravamento do isolamento social da população idosa. Esses achados reforçam a centralidade do Serviço Social na defesa dos direitos da pessoa idosa e na construção de estratégias intersetoriais capazes de promover um envelhecimento digno, ativo e socialmente integrado, especialmente em territórios marcados por vulnerabilidades estruturais.

5 CONCLUSÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo analisar as principais interlocuções entre as políticas públicas de Assistência Social e Saúde, com ênfase na população idosa no município de Mariana–MG, considerando as especificidades territoriais marcadas pela atividade mineradora e pelos impactos socioambientais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em 2015. A análise realizada buscou compreender como essas políticas têm sido estruturadas no território e de que forma respondem às demandas sociais que atravessam o processo de envelhecimento em um contexto marcado por desigualdades sociais, transformações territoriais e fragilização das redes de proteção social.

A partir da análise documental e do diálogo com o referencial teórico adotado neste estudo, foi possível compreender que o envelhecimento populacional no município ocorre em um cenário de profundas desigualdades sociais, econômicas e territoriais, que afetam de maneira mais intensa a população idosa. O aumento da expectativa de vida e a ampliação da proporção de pessoas idosas na população brasileira têm exigido maior atenção das políticas públicas, uma vez que o envelhecimento envolve demandas específicas relacionadas à saúde, à proteção social, à autonomia e à garantia de direitos. Conforme destacam Camarano e Kanso (2010), o envelhecimento populacional representa um dos principais desafios contemporâneos para a formulação de políticas públicas, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais.

Os resultados do estudo evidenciaram que, embora existam marcos legais consolidados para a proteção da pessoa idosa, como a Política Nacional do Idoso e o Estatuto da Pessoa Idosa, sua efetivação em nível local apresenta limites significativos. Tais limites estão relacionados tanto às fragilidades institucionais das políticas públicas quanto às dificuldades de articulação intersetorial entre as diferentes áreas que compõem a rede de proteção social. Nesse sentido, como aponta Yazbek (2012), a garantia de direitos sociais no Brasil enfrenta desafios históricos relacionados às desigualdades estruturais e às limitações na implementação das políticas sociais em nível territorial.

Observou-se que o Plano Municipal de Saúde de Mariana (2023–2025) reconhece o envelhecimento populacional em seus dados diagnósticos, porém não

incorpora ações, metas ou estratégias específicas voltadas à população idosa. Essa constatação revela uma fragilidade no planejamento público, marcada por uma dissociação entre diagnóstico e intervenção, o que compromete a efetividade das políticas públicas e limita a capacidade do Estado de responder às demandas desse segmento populacional. A ausência de planejamento específico para a população idosa indica a necessidade de maior integração entre diagnóstico territorial, planejamento estratégico e execução das políticas públicas.

No âmbito da política de saúde, destaca-se a ausência da eMulti (Equipe Multiprofissional na Atenção Primária à Saúde) no território, o que limita a oferta de cuidado integral à pessoa idosa, especialmente nos casos que demandam acompanhamento interdisciplinar contínuo. A inexistência dessa equipe compromete ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e reabilitação, além de sobrecarregar outros pontos da rede de atenção à saúde. Essa lacuna evidencia a importância da atuação multiprofissional na atenção básica, sobretudo diante da complexidade das demandas relacionadas ao envelhecimento, que frequentemente envolvem questões físicas, psicológicas e sociais.

De modo geral, observa-se uma insuficiência de serviços especializados voltados à pessoa idosa, tanto na política de saúde quanto na assistência social, o que resulta em respostas fragmentadas às múltiplas expressões da questão social que atravessam o envelhecimento. Entre essas expressões destacam-se a dependência funcional, a pobreza, a violência, o sofrimento psíquico e o isolamento social. Como ressalta Teixeira (2017), o envelhecimento em contextos de vulnerabilidade social tende a intensificar desigualdades já existentes, exigindo respostas mais articuladas e integradas por parte das políticas públicas.

Além disso, identificam-se lacunas importantes no território, como a escassez de serviços de atenção domiciliar estruturados, a ausência de centros-dia para idosos em situação de dependência leve ou moderada e a insuficiência de ações intersetoriais permanentes entre saúde, assistência social e previdência. Essas lacunas indicam a necessidade de ampliação da rede de proteção social e de fortalecimento da articulação entre políticas públicas, de modo a garantir respostas mais efetivas às demandas da população idosa.

No campo da Assistência Social, constatou-se a importância dos programas de transferência de renda, especialmente o Benefício de Prestação Continuada (BPC), como mecanismos fundamentais de garantia de mínimos sociais para pessoas idosas

em situação de vulnerabilidade. O BPC tem desempenhado papel central na redução da pobreza entre a população idosa brasileira, assegurando condições mínimas de sobrevivência para indivíduos que não possuem meios próprios de subsistência. Contudo, os dados também apontam limitações na oferta de serviços socioassistenciais voltados ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, evidenciando a necessidade de ampliação e qualificação das ações desenvolvidas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A análise do contexto territorial de Mariana–MG demonstrou que a centralidade da atividade mineradora e os impactos do crime socioambiental de 2015 contribuíram para a intensificação das vulnerabilidades sociais e para a desestruturação de redes comunitárias e familiares de apoio. O rompimento da barragem de Fundão provocou profundas transformações no território, afetando não apenas as condições ambientais, mas também as dinâmicas sociais e econômicas da região. Nesse cenário, a população idosa tende a ser particularmente afetada, uma vez que muitas vezes depende de redes de apoio comunitário e familiar para garantir sua proteção social.

Dessa forma, compreender o envelhecimento em Mariana exige uma abordagem crítica e territorializada, que considere as particularidades históricas, sociais e econômicas que estruturam a vida dos sujeitos. Conforme destaca Iamamoto (2009), a análise das expressões da questão social deve considerar as determinações estruturais do modo de produção capitalista e suas repercussões nas condições de vida da população.

Diante desse contexto, conclui-se que o enfrentamento das violações de direitos da população idosa no município de Mariana–MG exige o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais, articulando as áreas da saúde, assistência social, previdência e demais políticas sociais. Tal articulação deve estar orientada pelas especificidades territoriais e pela perspectiva da garantia de direitos, reconhecendo a pessoa idosa como sujeito de direitos e como parte ativa da vida social.

Outro aspecto relevante identificado no estudo refere-se ao aumento dos golpes financeiros contra pessoas idosas, especialmente aqueles relacionados a empréstimos consignados. Esse fenômeno tem se tornado cada vez mais frequente e representa uma forma significativa de violação de direitos, afetando a autonomia financeira e a segurança econômica da população idosa. Dados dos Procons indicam que foram registradas 57.874 queixas relacionadas a golpes envolvendo empréstimos consignados no ano de 2022, demonstrando a dimensão desse problema no país.

Adicionalmente, informações do Disque 100 apontam que, somente em 2024, mais de 72 mil denúncias de golpes contra pessoas idosas foram registradas em âmbito nacional. Esses dados revelam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas de proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa, incluindo ações de prevenção, orientação financeira, educação digital e ampliação da atuação dos órgãos de defesa do consumidor.

Nesse contexto, torna-se fundamental o desenvolvimento de estratégias de proteção social que incluam campanhas educativas, fortalecimento das redes comunitárias de apoio e maior integração entre os órgãos responsáveis pela defesa dos direitos da pessoa idosa. A ampliação dessas ações pode contribuir significativamente para reduzir situações de exploração financeira e promover maior segurança e autonomia para a população idosa.

Por fim, reconhece-se que este estudo apresenta limites, especialmente em razão do uso exclusivo de fontes documentais e de dados secundários. Embora essa abordagem tenha permitido identificar importantes tendências e lacunas no planejamento público, a ausência da escuta direta da população idosa e dos profissionais que atuam na rede de proteção social limita a compreensão mais aprofundada das experiências vividas no território.

Apesar dessas limitações, acredita-se que os resultados desta pesquisa contribuem para o aprofundamento do debate sobre envelhecimento, políticas públicas e território em contextos minerários. Os achados indicam a necessidade de futuras pesquisas que incluam metodologias qualitativas, como entrevistas e grupos focais, possibilitando a escuta das vivências e percepções da população idosa e dos profissionais que atuam na rede socioassistencial e de saúde.

Assim, espera-se que este estudo possa contribuir para o fortalecimento do debate acadêmico e institucional sobre o envelhecimento em Mariana–MG, bem como para a construção de políticas públicas mais efetivas, capazes de garantir proteção social, autonomia e dignidade à população idosa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E. A. D., MADEIRA, G. D., ARANTES, P. M. M., & Alencar, M. A. Comparação da qualidade de vida entre idosos que participam e idosos que não participam de grupos de convivência na cidade de Itabira-MG. 2010. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, 13, 435-443. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbagg/a/6x5sLZwWqRJPCMZjVKWTnrx/>. Acesso em: 26 de Jun. 2025.
- AMORIM, C. C; PESSOA, F.S. UNA-SUS/UFMA. Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa: políticas, programas e rede de atenção à saúde do idoso. São Luís, 2014. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/esSiqueira/una-10393>. Acesso em: 28 de Mai. 2025.
- ANDRADE, E. R. História de idosos: sementes para cultivarmos uma educação para uma velhice bem-sucedida. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_45b5046d81c5c52d285d834e1422bcc5. Acesso em: 29 de Mai. 2025.
- BITENCOURT, Cibele Almeida de. Políticas públicas de atenção à saúde da pessoa idosa no Brasil: entre legislações e desafios. 2023. 30 p. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, São Borja, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/handle/riu/8786>. Acesso em: 29 de Mai. 2025.
- BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social e Trabalho no Capitalismo. São Paulo: Cortez, 2006.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 mar. 2026.
- _____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 8 mar. 2026.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas. Centro de Referência da Assistência Social – CRAS. Brasília: MDS, 2009. Disponível em: <https://sites.usp.br/psicologianaassistenciasocial/orientacoes-tecnicas-centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras-2009/>. Acesso em: 26 de Jun. 2025.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 26 de Jun. 2025.

_____. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2005. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNA_S2004.pdf. Acesso em: 8 mar. 2026.

CARLOS, Luciana Barreto de Mendonça; LEITE, Marcelo Augusto Rebouças. REFLEXOS E IMPACTOS DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA NOS DIAS ATUAIS PARA O TRABALHADOR IDOSO. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 11, n. 5, p. 4566–4585, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i5.19364. Disponível em:

<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/19364>. Acesso em: 31 mai. 2025.

CECCON, R. F., Vieira, L. J. E. D. S., BRASIL, C. C. P., SOARES, K. G., PORTES, V. D. M., GARCIA JÚNIOR, C. A. S., ... & CARIOCA, A. A. F. (2021).

Envelhecimento e dependência no Brasil: características sociodemográficas e assistenciais de idosos e cuidadores. Ciência & Saúde Coletiva, 26, 17-26.

Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26n1/17-26>. Acesso em: 25 de Jun. 2025.

COELHO, T. P. Minério-dependência e alternativas em economias locais. Versos - Textos para Discussão PoEMAS, 2017. 1(3), 1-8. ISSN: 2526-9658. Disponível em:

<https://www2.ufff.br/poemas/wp-content/uploads/sites/513/2017/04/Coelho-2017-Min%C3%A9rio-depend%C3%Aancia-e-alternativas-em-economias-locais-Versos.pdf>. Acesso em: 02 de Jul. 2025.

COIMBRA, Mário; AMARAL, Sérgio Tibiriça. Direito a Saúde do Idoso: Desafio a Integralidade Constitucional. Revista Jurídica, 2015, 2.39: 465-495. Disponível em:

<https://core.ac.uk/download/pdf/270248122.pdf>. Acesso em: 30 de Mai. 2025.

COSTA, Josiette de Nazaré Silva da. Envelhecimento e políticas públicas educacionais: promoção da aprendizagem para inclusão da pessoa idosa. Revista de Geopolítica, 2025. Disponível em:

<https://revistageo.com.br/revista/article/view/1597>

Acesso em: 8 mar. 2026.

DAMASCENO, Carolinne. Análise sobre as políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil. 2016. R. Interd. v. 9, n. 3, p. 185-190, jul. ago. set. 2016. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6772023.pdf>. Acesso em: 27 de Mai. 2025.

DE ALENCAR, Daniele Magnavita; DE SOUZA, Ludmilla Ferreira Mendes; PAULA, Carlos Eduardo Artiaga; MARTINS, Simone. A efetividade do estatuto da pessoa idosa no Brasil: uma análise sistemática. Oikos: Família e Sociedade em Debate, [S. l.], v. 36, n. 1, 2025. DOI: 10.31423/oikos.v36i1.19686. Disponível em:

<https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/19686>. Acesso em: 30 de Mai. 2025.

DIAS, Ewerton Naves; PAIS-RIBEIRO, José Luís. Evolução das políticas públicas à pessoa idosa no Brasil. Enfermagem Brasil, 2018. Disponível em:

<https://convergenceseditorial.com.br/index.php/enfermagembrasil/article/view/860>

Acesso em: 8 mar. 2026.

DOS SANTOS, ANS., LOPATIUK, C., DANTAS, T.M., DE SOUSA, AJZ, DE SOUZA, AF., DE SOUZA, PH., MAIA, L. da S., LIMA, MDC., OLIVEIRA, AHC., ALENCAR, N. de PB., DA SILVA, VC., REBELLO, CL da C., DE OLIVEIRA, ALS. MARTINS, EC de OL., NASCIMENTO, B. dos R., & GOMES, CTB. Políticas de saúde e desigualdade – determinantes sociais e barreiras no acesso aos serviços do Sistema Único De Saúde (SUS). REv. ARACÊ, 7 (4), 17006-17039. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/arev7n4-082>. Acesso em: 30 de Mai. 2025.

FERNANDES, M.T.O; SOARES, S. M. O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil. Revista da escola de enfermagem da USP, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/6DXDrLCthSrj5r9V7KHm5Nq/?format=html>. Acesso em: 01 de Mai. 2025.

FIGUEIREDO, Francisca Natália de Lacerda; SOARES, Raissa Mendes. Um panorama sobre a implementação de Políticas Públicas para 3ª idade: o caso da prefeitura de Sousa-PB. 2023. 23fl. Artigo (Especialização em Administração Pública Municipal) - Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande. – Sousa/PB – Brasil, 2023. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/31692>. Acesso em: 03 de Jun. 2025.

FONTES DE JESUS, Letícia; CALDAS TAVARES MAFRA, Simone. Discussões de políticas públicas de cuidado, com o enfoque no envelhecimento. Textos & Contextos (Porto Alegre), [S. l.], v. 24, n. 1, p. e45533, 2025. DOI: 10.15448/1677-9509.2025.1.45533. Disponível em: <https://puhrs.emnuvens.com.br/fass/article/view/45533>. Acesso em: 30 maio. 2025.

GONÇALVES, Tatiane Katielle Cardoso. Desafios da assistência social do município de Mariana pós rompimento da barragem de Fundão. 2024. 57 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2024. Disponível em: <https://monografias.ufop.br/handle/35400000/7254>. Acesso em: 01 de Jul. 2025.

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Rompimento da Barragem de Fundão: Documentos relacionados ao desastre da Samarco em Mariana/MG. Atualização: 28/09/2022 16h17. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/notas/2020/rompimento-da-barragem-de-fundao-documentos-relacionados-ao-desastre-da-samarco-em-mariana-mg>. Acesso em: 02 de Jul. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro / Produto Interno Bruto - PIB. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/mariana.html>. Acesso em: 02 de Jul. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). Análises situacionais e retrospectivas: o Benefício de Prestação Continuada. Brasília: Ipea, 2025. 8 p. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/ri-eb2050-bpc>. Acesso em: 25 de Jun. 2025.

IRIGARAY, T. Q., ESTEVES, C. S., PACHECO, J. T. B., GRASSI-OLIVEIRA, R., & ARGIMON, I. I. D. L. (2016). Maus-tratos contra idosos em Porto Alegre, Rio Grande do Sul: um estudo documental. Estudos de Psicologia (Campinas), 33, 543-551. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02752016000300017>. Acesso em: 29 de Mai. 2025.

JACCOUD, Luciana. Idosos em situação de isolamento social: uma abordagem macrossetorial. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), jul. 2024. 41 p. (Texto para Discussão, n. 3020). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td3020-port>. Acesso em: 25 de Jun. 2025.

LEAO, Pedro Paulo Telles; PINTO, Neide Maria Almeida. A moradia das famílias pobres em uma cidade mineradora. Oikos: Família e Sociedade em Debate, v. 36, n. 1, p.01-20, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/17647/11044>. Acesso em: 02 de Jul. 2025.

LOPES, Eli Fernanda Brandão; ASSIS, Maria de Fátima Bregolato Rubira de; PINHEIRO- SIMÕES, Edivânia Anacleto. ASSISTENTE SOCIAL NO ATENDIMENTO AO IDOSO NA VELHICE EXTREMA: UM ESTUDO DE CASO. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, [S. I.], v. 29, n. 1, 2024. DOI: 10.22456/2316-2171.126727. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/view/126727>. Acesso em: 28 de Mai. 2025.

NASCIMENTO, Joyce Kelly Boletti; REIS, Marcela de Fátima Naves dos. Uma análise do sistema de garantia dos direitos da pessoa idosa nas ILPIS. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Universidade Estadual Paulista – UNESP, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Franca/SP, como pré-requisito para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social. 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/4e3f4ea3-3c9a-48c9-8e7e-5c29c302eed0/content>. Acesso em: 20 de Jun. 2025.

MACHADO, P. M. O Brasil que envelhece: políticas sociais da seguridade social para idosos no Brasil. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134764>. Acesso em: 24 de Jun. 2025.

OLIVEIRA, G. A. M. A. de; NASCIMENTO, R. F.; CESARIO, R. R. Estratégias para a qualidade de vida e valoração da pessoa idosa nas políticas públicas municipais. Revista de Gestão e Secretariado, [S. I.], v. 16, n. 2, p. e4657, 2025. DOI: 10.7769/gesec.v16i2.4657. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4657>. Acesso em: 30 de Mai. 2025.

OLIVEIRA, Wagner Ivan Fonseca de; SALVADOR, Pétala Tuani Candido de Oliveira; LIMA, Kenio Costa de. Aspectos determinantes para construção social da pessoa idosa a partir das políticas públicas no Brasil. Saúde e Sociedade, v. 32, p.

e210118pt, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.org/article/sausoc/2023.v32n2/e210118pt/>. Acesso em: 28 de Mai. 2025.

PEREIRA, Potyara A.P. A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996. 142p.

PINHEIRO, Marina Brito; CURRALERO, Claudia Baddini; PAIVA, Andrea Barreto; LÍCIO, Elaine Cristina. Beneficiômetro da Seguridade Social: uma introdução aos benefícios ofertados pela política de assistência social. Rio de Janeiro: Ipea, nov. 2023. 74 p. (Texto para Discussão, n. 2940). DOI: <https://doi.org/10.38116/td2940-port>. Acesso em: 26 de Jun. 2025.

PINHEIRO, Keylanne Fernandes. A atuação do assistente social na efetivação dos direitos sociais dos idosos: a experiência em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). 2019. 76 f. Monografia (Graduação) - Curso de Serviço Social, Campus Universitário de Miracema, UFT, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/3045?mode=full>. Acesso em: 02 de Jun. 2025.

PINHEIRO, Osvaldo Daniel dos; AREOSA, Silvia Virginia Coutinho. A importância de políticas públicas para idosos. Revista Baru – Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos, 2018. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/6724>. Acesso em: 8 mar. 2026.

PREFEITURA DE MARIANA. Portal da Transparência – Histórico: Conheça um pouco da História de Mariana: A primeira cidade de Minas. 2022. Disponível em: <https://www.mariana.mg.gov.br/historico>. Acesso em: 02 de Jul. 2025.

QUEIROZ, Fernanda Dayane dos Santos. O Fundo Estadual Do Idoso como mecanismo de fortalecimento das políticas públicas no Maranhão. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito. 2015. Disponível em: <https://rosario.ufma.br/jspui/handle/123456789/1045>. Acesso em: 30 de Mai. 2025.

RIBEIRO, Felipe Mateus Viel; LIMA, Emile Cristina dos Santos; MESCHEDE, Marina Smidt Celere; SILVA, Flávia Garcez da; REIS, Elaine Cristiny Evangelista dos. PROMOÇÃO DE SAÚDE E INCLUSÃO SOCIAL NO ENVELHECIMENTO: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IDOSOS NO BRASIL. Revista Políticas Públicas & Cidades, [S. l.], v. 14, n. 1, p. e1497, 2025. DOI: 10.23900/2359-1552v14n1-37-2025. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1497>. Acesso em: 31 de Mai. 2025.

RODRIGUES, Isabela Aparecida Porto Felício. A relação entre mineração extrativista, fluxo migratório e política de assistência social em Mariana (MG): reflexões a partir do CRAS Cabanas. 2024. 88 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro

Preto, Mariana, 2024. Disponível em: <https://monografias.ufop.br/handle/35400000/6438>. Acesso em: 02 de Jul. 2025.

RODRIGUES, L. de S.; SOARES, G. A. Velho, idoso e terceira idade na sociedade contemporânea. Revista Ágora, Espírito Santo, n. 4, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/1901>. Acesso em: 03 de Mai. 2025.

SANTANA, J. C. de; FURTADO, V. C.; FHON, J. R. S.; SANTOS NETO, A. P. dos; LIRA, R. de; LIMA, F. M. de. ETARISMO NOS TEMPOS ATUAIS. Epitaya E-books, [S. l.], v. 1, n. 58, p. 11-22, 2024. DOI: 10.47879/ed.ep.2024984p11. Disponível em: <https://portal.epitaya.com.br/index.php/ebooks/article/view/918>. Acesso em: 23 Jun. 2025.

SANTOS, Camila da Silveira. Desastre socioambiental de Mariana: implicações nas condições de saúde da população atingida e no processo de trabalho dos serviços de saúde Tese de doutorado apresentada ao Programa de PósGraduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem Universidade Federal de Minas Gerais como critério parcial para obtenção do título de doutora em Enfermagem. Área de concentração: Saúde e Enfermagem. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/61499/1/TESE%20CAMILA%20DA%20SILVEIRA%20SANTOS%20.pdf>. Acesso em: 02 de Jul. 2025.

SANTOS, Natascylla Keffer. A efetivação da política pública voltada à pessoa idosa a partir da experiência na instituição de longa permanência para idosos em Mariana / Minas Gerais. 2024. 50 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2024. Disponível em: https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/7481/3/MONOGRRAFIA_Efetiva%a7%a3oPol%a3o%a3adticaP%a3o%a3abablica.pdf. Acesso em: 02 de Jul. 2025.

SEDESE – SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Plano municipal de assistência social: passo a passo para elaboração dos planos municipais de assistência social. Belo Horizonte: SEDESE, 2021.

SILVA, Thiago Oliveira da; GALINDO, Dolores Cristina Gomes. Envelhecimento populacional: os impactos nas políticas públicas. Diversitas Journal, Santana do Ipanema, v. 8, n. 4, 2023.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: conceitos, tipologias e subáreas. Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2006.

SOUSA, Karina Nolêto de. Direitos sociais do idoso nos escritos teóricos do serviço social brasileiro: revisando periódicos científicos publicados entre 2000 - 2018. 2021. 73f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema, Miracema do Tocantins, 2024. Disponível em: <https://umbu.uft.edu.br/handle/11612/6989>. Acesso em: 29 de Mai. 2025.

SOUZA, Jeane Azevedo de. Impactos das políticas públicas de saúde para os idosos no Brasil. Revista Científica FESA, 2022. Disponível em:

<https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/view/163>

Acesso em: 8 mar. 2026.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Carta-Tema: a assistência social no Brasil-1983-1990. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SPOSITO, M. E. B. O espaço e o urbano: relações entre espaço, política e educação. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 17, p. 11-20, jan./abr. 2001. Disponível em:

https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000547319&local_base=UFR0.

Acesso em: 02 de Jul. 2025.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento e “reformas” das políticas sociais no Brasil. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018,

1.1. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/21998>. Acesso em: 28 de Mai 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. Envelhecimento ativo: uma política de saúde. In: Envelhecimento ativo: uma política de saúde. 2005. p. 60-60. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1070881>. Acesso em: 28 de Mai. 2025.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 110, 2012.